

**OBJETO:** "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA".

**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 34,979,18

**TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO

A presente licitação será processada e julgada exclusivamente através do sítio eletrônico:

<http://www.comprasnet.gov.br>.

## SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMUNICADO

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Municipal n.º 3282, de 10 de outubro de 2001,

#### CONSIDERANDO:

1. Período transcorrido de 90 dias de licença do cargo do conselheiro, conforme previsto no artigo 37, inciso I da Lei Municipal n.º 3.282/2001, protocolada pelo Conselheiro Tutelar Sr. **RODRIGO GASTALHO MOREIRA** do Conselho Tutelar 02 - Zona Sul;

2. A apresentação por ofício n.º 367/17 – CT 02 – Zona Sul, que informa o retorno do referido conselheiro na data de 01 de setembro de 2017.

#### COMUNICA:

O retorno de **RODRIGO GASTALHO MOREIRA** à função de conselheiro no Conselho Tutelar 02 - Zona Sul, a partir de 01 de setembro de 2017.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2017.

Deise Gravina

Presidente em exercício do CMDCA-Rio

### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMUNICADO

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Municipal n.º 3282, de 10 de outubro de 2001.

#### CONSIDERANDO:

A decisão do processo judicial 0310547-96.2015.8.19.0001- sentença do Cristiano Gonçalves Paes Leme e o parecer da Procuradoria Geral do Município no processo 08/002526/2017 - folhas 6 e 7, que informa não há mais óbice em que o CMDCA ultime as providências no sentido de seguir com os trâmites para o afastamento do conselheiro, declaração de vacância do cargo e convocação de suplente nos termos da lei e regulamentação pertinente.

O afastamento do conselheiro Tutelar Sr. Sérgio Luiz Correa e a convocação do conselheiro suplente Sr. Woney Lopes para assumir a função de Conselheiro no Conselho Tutelar 02 - Zona Sul.

O não comparecimento à convocação no prazo do conselheiro suplente Woney Lopes, conforme Deliberação N.º 596/06 – AS/CMDCA - REGIMENTO INTERNO CONSELHOS TUTELARES DO MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO - capítulo IX, Art. 47.

#### COMUNICA:

A convocação do segundo suplente, Sr. **GILMAR DOS SANTOS SILVA** para assumir a função de Conselheiro Tutelar do Conselho Tutelar 02 – Zona Sul

Conforme Deliberação N.º 596/06 – AS/CMDCA - REGIMENTO INTERNO CONSELHOS TUTELARES DO MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO - capítulo IX, Art. 47 – Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência no prazo de cinco (05) dias úteis do recebimento da convocação, por escrito, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que providenciará a convocação do suplente subsequente.

Parágrafo único – O suplente que não assumir o mandato no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da convocação, nem justificar sua possibilidade de assunção, perderá o direito à suplência, sendo convocado o suplente subsequente.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2017.

Deise Gravina

Presidente do CMDCA-Rio

## SECRETARIA DE CULTURA

### COMUNICADO

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA APRESENTA PROGRAMAÇÃO ESPECIAL PARA CELEBRAR OS 450 ANOS DA ILHA DO GOVERNADOR

A histórica e charmosa Ilha do Governador comemora, amanhã, 05 de setembro, 450 anos de fundação. Mas a celebração já começa hoje, 04, com eventos especiais realizados pela Secretaria Municipal de Cultura. A festa tem início na Areninha Carioca Renato Russo, que promove até sábado,

dia 9, apresentações teatrais e de dança com a participação de moradores da região. O espaço realiza também exposições de arte, um baile de dança de salão e show da banda "Inspiração Urbana", com um tributo à Legião Urbana de Renato Russo, saudosos e ilustre ex-morador da região. A programação conta com atividades gratuitas e a preços populares.

A Biblioteca Municipal Euclides da Cunha também preparou uma homenagem por meio do lançamento do livro "Capítulos da História da Ilha do Governador", da historiadora Judite Paiva, dia 05, às 18h. Judite é mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e já publicou outras obras sobre a região, entre elas a dissertação de mestrado Uma Vasta Caieira: um estudo sobre os fabricantes de cal da freguesia da Ilha do Governador (1861-1900), que lhe rendeu o Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos de 2015, concedido pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Encerrando as comemorações, também no dia 05, a partir das 19h, o Aterro do Cocotá vai receber uma festa com shows do grupo Chegando de Surpresa, formada por garis da Comlurb, DJ Tralha e o cantor Buchecha. A programação contará ainda com desfile cívico e apresentação da Banda da Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

A Areninha Carioca Renato Russo fica na Parque Manuel Bandeira, s/nº – Ilha do Governador. E a Biblioteca Popular da Ilha do Governador fica na Praça Danaides s/nº - Cocotá.

### CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

#### ATA

Aos vinte e seis dias de julho de dois mil e dezessete, às 10h e 50min, iniciou-se no Centro Municipal de Artes Calouste Gulbenkian, da Secretaria Municipal de Cultura – SMC, a reunião ordinária do Conselho Municipal de Cultura – CMC – com as presenças do Vice-Presidente Teófilo de Lima, dos conselheiros titulares e suplentes da Sociedade Civil e do Poder Público e dos ouvintes presentes. A condução da reunião foi feita pelo Vice-Presidente. Deu-se início à reunião com a indagação pelo Vice-Presidente se havia algum informe a ser passado pelos presentes. O conselheiro Eduardo Nascimento então iniciou seu informe lembrando mais uma vez a todos que a cidade do Rio de Janeiro aderiu ao Sistema Nacional de Cultura no dia 16/06/2017 e com ele uma série de contrapartidas a serem feitas em função desse convênio firmado com o Minc nos próximos 2 anos. Dentre elas, apresentar uma proposta de lei do sistema carioca, uma proposta de lei do fundo municipal, uma proposta de lei do plano municipal de cultura e ainda a questão das conferências. Disse ser importante a participação do Conselho em todo esse processo e que já existe um encaminhamento de propostas de minutos. Outro informe dado foi o convite, na próxima sexta-feira, dia 28/07/2017, para participação de reunião do grupo de trabalho que trata propostas de criação de uma lei de investimento na cultura como política de Estado. Além disso, o conselheiro Eduardo informou que, conforme anunciado pela Secretária Nilcemar Nogueira no lançamento do Concurso do Prêmio Mais Diversidade, será realizado um circuito de apresentação e capacitação para os interessados nesse concurso em vários locais do Rio, tanto do ponto de vista de informação e incentivo à atuação cultural quanto as explicações de como participar do concurso. Seu último informe foi a respeito do resultado da seleção dos projetos na área do ISS que dentre os 1441 projetos apresentados foram aprovados/ressalvados 1237 projetos e reprovados 203 projetos, cabendo ainda o prazo legal para análise dos recursos interpostos até o anúncio do resultado final. Informou ainda sobre o lançamento em agosto do Edital das empresas patrocinadoras do ISS, conforme previsto em lei. A conselheira Carla Pinheiro aproveitou e em seguida perguntou ao conselheiro Eduardo sobre a notícia veiculada do veto do Prefeito Crivella dos 203 projetos. O conselheiro Eduardo respondeu que, na era das narrativas e pós verdades em que vivemos, a matéria cometeu um erro. Porque no ISS não existe reprovação dos projetos. Destacou que o projeto tem que estar apto ou não para captar recursos e que existe um período de 5 dias para apresentar as justificativas necessárias para enquadrar o projeto aprovado dentro das regras estabelecidas em lei para poder estar apto a captar recursos. Segundo o conselheiro, uma das regras estabelecidas, regras essas pactuadas junto à sociedade civil, foi a de que as contrapartidas socioculturais deixaram de ser opcionais e passaram a ser obrigatórias, tanto do ponto de vista da acessibilidade da pessoa com deficiência quanto do ponto de vista ambiental. Frisou que não houve veto dos projetos e sim o não enquadramento dos mesmos nas regras definidas em lei, tendo sido concedido a todos esses projetos o período para se ajustarem e se enquadrarem nos moldes requisitados. O conselheiro Cláudio Prado iniciou sua fala informando a todos da importância daquele dia por ser o Dia Nacional do Arqueólogo. Destacou que o Rio de Janeiro foi o primeiro município a criar o Dia do Arqueólogo. Disse que o universo arqueológico pode ser descoberto em qualquer obra a ser realizada, pela possibilidade de indicar uma parcela remanescente da história da cidade. Quis ressaltar que muitas das obras realizadas não estão sendo acompanhadas por arqueólogos, desobedecendo o Decreto criado pelo Prefeito Cesar Maia. A conselheira Ana Riehl em seguida deu seu informe dando ciência a todos sobre o seu afastamento da câmara técnica das conferências, em função de sua participação em outro projeto que a impossibilita ajustar seu horário. Pediu a entrada de outros conselheiros nessa câmara técnica, dada a sua deficiência e pela sua urgência,

ressaltando o grande volume de trabalho a ser feito e em pouco tempo. Nesse passo, o Vice-Presidente corroborou com o pensamento da conselheira Ana, salientando fora a urgência, a necessidade de se fazer esse trabalho, uma vez que a cidade do Rio de Janeiro entrou no Sistema Nacional de Cultura e com ela a necessidade do cumprimento das metas num prazo de 2 anos. Continuando a reunião, a conselheira Suelyemma Franco comentou sobre o anúncio do Plano Estratégico da Prefeitura até 2020 e disse achar interessante um olhar do Conselho já que nele também anuncia as metas pertinentes à área da Cultura, tendo o Conselho a chance de auxiliar nessas questões. O Vice-Presidente disse então que cada cidadão deve se posicionar em relação aos pontos referentes à cultura no Plano Estratégico. O conselheiro Marco Aurélio Marcondes tomou a palavra e disse que, na audiência em que ele participou da mesa no dia anterior, o ponto mais discutido foi a de que a Cultura não estaria contemplada. Disse que no caso específico da Rio Filme, seus apontamentos foram esses: o polo de cinema, a questão relativa às escolas e a sugestão para inserção de música, teatro, audiovisual nas mesmas. Declarou que na cabeça do planejamento da Prefeitura existe a nomeação a todas as áreas da Cultura. Na opinião do conselheiro, o eixo da Cultura tem vários desdobramentos e disse considerar o plano da Prefeitura ousado, mas não ambicioso. Comentou que a proposta do projeto pauta em cima da inovação e geração de renda e emprego, sendo centrada ainda na área de turismo. Falou que o grande problema para ele é identificar o quanto se é destinado pelo Tesouro Municipal à atividade cultural. Sugeriu que valeria a pena cada um dos conselheiros ler com atenção o Plano Estratégico da Prefeitura numa próxima reunião e salientou que no caso da Cultura as diretrizes são genéricas ao contrário da Rio Filme que tem diretrizes específicas. A questão fundamental, segundo o conselheiro, é como o investimento na Cultura conseguirá mudar de patamar nos próximos anos. Em complemento ao discurso do conselheiro Marcondes, a conselheira Suelyemma informou que já existe uma discussão sobre essa pauta na Comissão de Cultura da Câmara, e que a Cultura vem sofrendo retração no aporte de recursos do Tesouro, em termos percentuais, nos últimos anos. Em relação ao Plano Estratégico da Prefeitura, apresentado pela Aspásia Camargo, a conselheira afirmou que a própria Aspásia (atual Subsecretária de Planejamento e Gestão da Cidade do Rio de Janeiro) disse, no anúncio feito no Arquivo Geral da Cidade, que entendia que a Cultura mereceria um aporte maior, mas que infelizmente o valor ainda estava muito acanhado. Segundo a conselheira, Aspásia ainda disse que o atingimento das metas dependeria de uma série de aspectos, dentre eles o contexto econômico pelo qual estamos passando, que é atualmente de retração. Outro ponto abordado pela conselheira Suelyemma foi de que o Plano Estratégico foi elaborado com afincado por servidores das diversas Pastas da Prefeitura, estando o mesmo aberto para participação até o final de agosto, momento este em que a Câmara tem de receber o PPA. Disse ainda que é uma preocupação da presente gestão de que o Plano de Metas do Município esteja acoplado ao PPA de forma que possibilite sua exequibilidade, do ponto de vista orçamentário. Houve um questionamento pelos conselheiros, após a menção da quantidade de assuntos a serem discutidos na pauta daquela reunião, em relação ao horário reduzido das reuniões do Conselho atualmente. Argumentaram a necessidade de um horário maior para viabilizar a discussão de todos os assuntos, como era antigamente. Ficou decidido então que as reuniões na parte da manhã serão das 09:00 até 12:00 e na parte da tarde de 17:00 às 20:00. A reunião prosseguiu e a conselheira Carla Pinheiro tomou a palavra retomando o assunto do Plano Estratégico da Cultura, alegando que mais uma vez o Conselho foi excluído de participação. Ao passo que o conselheiro Eduardo respondeu que isso não procede. Informou que na primeira reunião de retomada do Conselho, a Secretária Nilcemar esteve presente junto da Rafaela Bastos, técnica da Secretaria de Cultura, e apresentou a proposta do Plano Estratégico da Cultura ao Conselho. Afirmou que, além da apresentação do Plano ao Conselho, houve também a abertura para contribuição do Conselho. Salientou ainda que houve diferenças do que foi apresentado para o que está realmente no Plano Estratégico e ainda reiterou que o Plano Estratégico Geral da Prefeitura está também aberto ao Conselho. Segundo a pauta da reunião, o Vice-Presidente abordou sobre as câmaras técnicas e necessidade de pronto da nomeação do Presidente e das Secretarias. O conselheiro Eduardo afirmou que uma proposta sempre defendida e que se efetivou foi a adesão do Rio ao Sistema Nacional de Cultura, com as propostas a serem aprovadas no prazo de 2 anos, com o Conselho dando cumprimento da agenda em relação a essas questões. Lembrou a sugestão feita a todos os conselheiros para leitura dos cinco itens e os respectivos temas propostos para as câmaras técnicas para consenso ou não do Conselho. Salientou que, do ponto de vista institucional, vem sendo elaborado propostas de minutos do Plano e do Fundo, cabendo ao Conselho participar ativamente para que essas ações continuem caminhando. O Vice-Presidente destacou que essas ações têm correlação com o legado das conferências passadas, cabendo ajustar a metodologia de participação do Conselho nessas discussões e a necessidade de definição das datas das pré-conferências. A conselheira Rosane Campello, em referência à metodologia de participação do Conselho a partir da leitura que estava sendo feita, disse que estranhou o tamanho da pauta da reunião, por ser impossível dar conta de tudo em menos de 2 horas disponibilizadas para discussão, a não ser com uma abordagem bem superficial. Essa questão sobre a metodologia, segundo a conselheira, é o marco inicial do trabalho do Conselho, ou seja, de como será feito. O conselheiro Eduardo replicou dizendo que a questão é mais simples, não havendo necessidade de se discutir todos os itens. Para o conselheiro, a proposta é a criação de 5 câmaras